



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

A **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, n.º 799, Bairro Fião, CEP n.º 93.020-080, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.931.245/0001-50, por intermédio do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação da Secretaria Municipal de Compras e Licitações do Município de São Leopoldo, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra instaurada a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tombada sob o n.º **27/2026**, tipo **Menor Preço Global**, **Modo de Disputa: aberto**, em regime de empreitada por preço unitário, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, tendo por finalidade a qualificação e seleção de propostas para a **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário.**

A presente licitação está em conformidade com as estipulações deste Edital, das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

O presente Edital e seus anexos poderão ser retirados pelos interessados nos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e na página oficial deste Município, no link www.saoleopoldo.rs.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h do dia 12/06/2026.

ABERTURA E DISPUTA DAS PROPOSTAS: Até às 09h01min do dia 12/06/2026.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Solicitações de esclarecimentos, impugnações e comunicações entre os interessados e o Agente de Contratação deverão ser encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para o recebimento das propostas **exclusivamente** por meio do Portal de Compras Públicas disponível no link: www.portaldecompraspublicas.com.br.

A licitante interessada, para que receba as notificações do sistema, obrigatoriamente deverá realizar o cadastro do seu e-mail e telefone, por meio do link: “clique aqui e efetue seu cadastro”, constante ao lado do número da licitação de interesse, ao efetuar a procura no sítio: www.saoleopoldo.rs.gov.br, Portal Transparência, licitações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo no Edital, aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 DO OBJETO, LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA E GARANTIA:

1.1 **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário.**

1.2 **LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão prestados nas dependências da Fundação Hospital Centenário, sito a Av. Theodomiro Porto da Fonseca nº 799, Bairro Fião, na cidade de São Leopoldo/RS.

1.3 **PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:** A execução dos serviços terá início na data indicada na Ordem de Início, expedida pela **CONTRATANTE**, a qual definirá o início da operacionalização dos serviços.

1.3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme preconiza a Lei de Licitação nº 14.133/2021.



2 DO PROCEDIMENTO:

- 2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 2.2 O certame será realizado por meio da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal de Compras Públicas, conforme convênio de cooperação celebrado entre este e o **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do município, denominado **PREGOEIRO (AGENTE DE CONTRATAÇÃO)**, com o suporte de sua Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações”.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas que prestem os serviços referentes ao objeto deste Pregão e cumpram com as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21:
 - 3.2.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.2.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
 - 3.2.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.2.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
 - 3.2.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 3.2.7 O impedimento de que trata o item 3.2.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - 3.2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos 3.2.1 e 3.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
 - 3.2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



4 DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

- 4.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 4.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, qualquer dúvida, em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos números: 3003-5455 | 0800 730 5455, junto à Central de Atendimento do Portal de Compras Públicas.
- 4.3 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
- 4.4 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e;
- 4.8 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5 DA PARTICIPAÇÃO:

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
 - 5.1.1 As informações dos dados para acesso deverão ser feitas diretamente no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, opção “Sistema de Compras - área restrita a credenciados”.
- 5.2 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DOS CRITÉRIOS DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

- 6.1 A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (agente de contratação) a avaliar a aceitabilidade das propostas, as quais o prazo de validade não será inferior a 90 (noventa) dias.
- 6.2 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



- 6.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.4 Após a fase de disputa de preços, o agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 6.5 Serão desclassificados os anexos das propostas que:
- 6.5.1 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - 6.5.2 apresentarem preços inexequíveis ou **permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;**
 - 6.5.2.1 **Todos os itens da proposta, integrantes do lote, deverão estar dentro do valor de referência orçado pela ADMINISTRAÇÃO.**
 - 6.5.3 que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
 - 6.5.4 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 6.6 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 6.7 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro (agente de contratação) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.8 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 6.9.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
 - 6.9.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 6.9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - 6.9.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,0% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
 - 6.9.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
 - 6.9.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 6.11 O valor da proposta será reajustado pelo índice IPCA ou outro que vier a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, respeitada a anualidade do período.
- 6.12 **Todos os itens da proposta, integrantes do lote, deverão estar dentro do valor de referência orçado pela ADMINISTRAÇÃO.**



7 MODO DE DISPUTA:

- 7.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 6.
- 7.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 7.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro (agente de contratação) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro (agente de contratação) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 7.8 Serão aceitos preços com até 02 (duas) casas decimais.
- 7.9 **As Propostas Comerciais finais deverão ser elaboradas conforme o modelo Anexo II e II.1 – Modelo Final de Proposta e Declarações, contendo a planilha de composição de preços, obedecendo aos requisitos desta licitação, e dispostas na mesma formulação apresentada, também contendo, no mínimo, as seguintes informações:**
- 7.10 Data, assinatura e identificação, em sua parte final, do representante legal da Licitante.
- 7.11 Preço em algarismo arábico e por extenso, em moeda corrente nacional.
- 7.11.1 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.
- 7.12 Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da licitação.
- 7.13 Nos preços já deverão estar computados os impostos, frete, seguro, material, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto.

8 CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- 8.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 11.1.3.3 deste Edital;
- 8.2 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 8.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.3.1 A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



- 8.3.2 Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem 8.3.1.
- 8.4 O disposto no item 8.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.5 Se não houver licitante que atenda ao item 8.1 8.2 e 8.3, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/21.
- 8.6 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, conforme hipóteses previstas no art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/21.
- 9 DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:**
- 9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 9.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo Pregoeiro (agente de contratação), deverão ser encaminhados no prazo de 24 horas.
- 9.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- 9.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 10 DA HABILITAÇÃO:**
- 10.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma dos artigos 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da classificação:
- 10.1.1 As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- 10.1.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:
- 10.1.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.
- 10.1.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.1.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- 10.1.2.4 As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e não comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento,



serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e na legislação pertinente.

10.1.2.5 Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.1.2.6 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.1.2.7 Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.3 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em formato digital, devendo estar assinados digitalmente por representante legalmente autorizado da participante, com a utilização de certificados do tipo e-CNPJ ou e-CPF, emitidos por autoridades certificadoras reconhecidas pela Infraestrutura de Chaves-Públicas Brasileira - ICP/Brasil.

10.1.4 As certidões que não indicarem a data de validade só serão aceitas se emitidas nos últimos **180 (cento e oitenta) dias** em relação à data da sessão de abertura do certame.

11 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

11.1 Habilitação Jurídica:

11.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; registro comercial, no caso de empresa individual.

11.1.2 Inscrição do ato constitutivo, caso de sociedades civis, acompanhada de prova da investidura da diretoria em exercício.

11.1.3 Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas no caso de Sociedade Simples.

11.2 Regularidade Fiscal:

11.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.2.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.2.3 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.2.3.1 Sendo inscrição estadual, o documento no Estado do Rio Grande do Sul, é o DI/RE - Documento de Identificação da Receita Estadual, se for Municipal deve ser comprovado com qualquer documento oficial do município que demonstre o número de inscrição.



11.2.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e relativo à Seguridade Social – INSS), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

11.2.4.1 As certidões negativas de débito emitidas pelas Fazendas Estadual e Municipal deverão abranger todos os tributos administrados por essas fazendas.

11.3 Regularidade Trabalhista:

Apresentar prova de Regularidade Trabalhista fornecida pela Justiça do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

11.4 Qualificação Econômico Financeira:

11.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.4.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.4.2 Apresentar **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, tais documentos devem obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei e indicados pela ciência contábil e estarem devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial de acordo com a Instrução Normativa nº 82/2021- DREI ou no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) - Decreto nº 6022/2017, conforme tabela que segue:

DESCRIÇÃO	MICROENTIDADES (fat.até 4,8 milhões ao ano) NBC TG 1002	PEQUENAS EMPRESAS (fat. 4,8 até 78 milhões ao ano) NBC TG 1001	DEMAIS EMPRESAS (fat.78 a 300 milhões NBC TG 1000); (fat.acima de 300 milhões IFRS FULL)	COOPERATIVAS (Lei 5.764/71, Lei 12.690/12 e Código Civil)
Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário com devido registro na Junta Comercial ou SPED	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Balanco Patrimonial - BP	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP	–	–	–	Obrigatório
Desmonstração do Resultado do Exercício - DR	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	–
Desmonstração dos Lucros ou Prejuizos Acumulados - DLPA	Obrigatório	Obrigatório (dispensado se apresentar DMPL)	Obrigatório (dispensado se apresentar DMPL)	–
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	–	Obrigatório (se não apresentar DLPA)	Obrigatório (se não apresentar DLPA)	–
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC (Para empresa com PATRIMÔNIO LÍQUIDO acima de R\$ 2.000.000,00)	–	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente - DRA (Dispensado quando apresentar DLPA)	–	–	Obrigatório	–
Notas Explicativas - NE (Cooperativas devem atender a NBC-ITG/CFC nº 2004/2017)	–	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório***



- 11.4.3 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar balanço de abertura, devidamente registrado.
- 11.4.4 As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal 123/2006, optantes pelo SIMPLES NACIONAL, embora estejam dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, assim o estão apenas para fins fiscais sendo obrigatória a apresentação desses documentos para a licitação.
- 11.4.5 O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) devem, obrigatoriamente, comprovar registro na Junta Comercial ou SPED. As demais demonstrações contábeis apresentadas, quando não comprovado registro em órgão oficial, deverão estar assinadas por Contador ou Técnico de Contabilidade, neles constando a indicação do número de registro destes junto ao Conselho Regional de Contabilidade.
- 11.4.6 Para comprovação da boa situação financeira, a licitante deverá apresentar em conjunto com o balanço a análise, devidamente assinada por contabilista responsável, dos seguintes índices:

Liquidez Corrente - LC:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,0 \text{ ou maior}$$

Liquidez Geral - LG:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,0 \text{ ou maior}$$

Solvência Geral – SG:

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,0 \text{ ou maior}$$

11.5 Qualificação Técnica:

- 11.5.1 Apresentar registro de inscrição da empresa válido junto ao Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CRM/RS), bem como indicar o nome do responsável técnico, na especialidade de médico radiologista.
- 11.5.2 A proponente deverá comprovar a especialização do responsável técnico para executar os serviços licitados, através de cópias dos Certificados de Conclusão de Curso ou Diploma, bem como Registros no respectivo órgão de classe, registro de especialidades em exames por imagem.
- 11.5.3 A proponente deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com objeto a ser contratado.
- 11.5.4 A empresa deverá apresentar cópia de documento que comprove a inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES da pessoa jurídica.
- 11.5.5 Apresentar Alvará de Localização e Funcionamento da sede da licitante.
- 11.5.6 Apresentar o alvará expedido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante.
- 11.5.7 A proponente deverá apresentar o Atestado de Visita Técnica fornecido pelo hospital ou Declaração formal de pleno conhecimento de todas as informações, das condições e peculiaridades dos locais e dos serviços relacionados ao presente contrato.



11.5.8 DA VISITA TÉCNICA

As empresas interessadas em participar do certame poderão participar da visita técnica com a finalidade de conhecer previamente o local onde os serviços serão executados ou apresentar DECLARAÇÃO FORMAL DE PLENO CONHECIMENTO, assinada pelo responsável técnico e pelo administrador ou procurador da proponente, com base no Artigo 63, I, da Lei 14.133/21, declarando o conhecimento de todas as informações, das condições e peculiaridades dos locais e dos serviços relacionados ao presente contrato.

11.5.2 A Visita Técnica deverá ser feita pelo representante legal da proponente, ou ainda, por preposto devidamente credenciado, na data deliberada pela FHC, com agendamento a ser feito junto ao Setor de Contratos da FHC pelo e-mail contratos@hospitalcentenario.rs.gov.br

11.5.3 O Atestado de Visita Técnica será emitido pela FHC e fará parte da documentação da habilitação da proponente.

12 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 Impugnações ao ato convocatório do Pregão Eletrônico poderão ser enviados ao Agente de Contratação (pregoeiro), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do Portal de Compras Públicas disponível no link: www.portaldecompraspublicas.com.br

12.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no portal de compras públicas e no sítio eletrônico da Administração: www.saoleopoldo.rs.gov.br.

13 DOS RECURSOS:

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021:

13.1.1 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.1.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.1.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.1.2.2 o prazo para a **manifestação da intenção de recorrer da habilitação** será de **3 (três) horas úteis**.

13.1.2.3 Os recursos deverão ser encaminhados **em campo próprio do sistema**.

13.1.2.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.1.2.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.1.2.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



13.1.2.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.1.2.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.2.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

14 DA HOMOLOGAÇÃO:

Proclamado o resultado final da licitação, os autos do processo serão remetidos à autoridade competente para fins de homologação.

15 DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

15.1 A **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO** convocará regularmente o vencedor da licitação para assinar o contrato cuja minuta, em anexo, integra este Edital.

15.2 O **ADJUDICATÁRIO** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação (por e-mail e/ou telefone), para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, bem como no artigo 90 da Lei nº 14.133/21.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por correspondência postal com aviso de recebimento (AR), mediante solicitação do licitante vencedor, para que seja assinado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do seu recebimento.

15.4 Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pela Administração.

15.5 Na data de assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá estar com todos os documentos legalmente exigíveis dentro do período de validade.

15.6 Apresentar prova do registro e contrato entre as partes do técnico responsável pelo objeto do contrato, no conselho competente, assinada por representante legal ou procurador/credenciado.

15.7 A **ADJUDICATÁRIA** deverá apresentar as informações requisitadas no **Anexo V – Segurança do Trabalho para condição da assinatura do Contrato.**

15.8 A **ADJUDICATÁRIA** deverá apresentar, como **condição para assinatura do contrato**, a **relação dos profissionais que executarão os serviços** objeto da presente contratação, acompanhada da cópia do registro no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CRM/RS) e eventuais títulos de especialistas.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

16.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

16.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 16.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 16.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 16.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:
 - 16.2.1 Advertência;
 - 16.2.2 Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado.
 - 16.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (Lei 14.133/2021, art. 156, §9º).
- 16.4 Todas as sanções previstas do Termo de Referência - Anexo III, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Lei 14.133/2021, art. 156, §7º).
- 16.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Lei 14.133/2021, art. 157).
- 16.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 16.8 Na aplicação das sanções serão considerados (Lei 14.133/2021, art. 156, §1º):
 - 16.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 16.8.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 16.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 16.8.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública



- 16.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei 14.133/2021 art. 159.
- 16.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Lei 14.133/2021, art. 160).
- 16.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Lei 14.133/2021, Art. 161).
- 16.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17 **DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO REAJUSTE**
- 17.1 A forma de pagamento e de liquidação serão de acordo com o que consta na cláusula quarta do Anexo I.1 – MINUTA DO CONTRATO.
- 17.2 Os critérios de reajuste serão de acordo com o que consta na cláusula terceira do Anexo I.1 – MINUTA DO CONTRATO.
- 18 **DISPOSIÇÕES FINAIS:**
- 18.1 Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório, não se admitirá, durante a análise das propostas, a interferência de pessoas estranhas ao Pregão Eletrônico, a qualquer título que seja ressalvada a hipótese de requisição pelo Pregoeiro (agente de contratação).
- 18.1.1 É facultada ao Pregoeiro (agente de contratação) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.2 A Licitante deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**, em qualquer hipótese, responsável por estes, independente do resultado da licitação.
- 18.3 A Licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 18.4 Todas as comunicações e intimações serão dadas as participantes diretamente pelo endereço eletrônico, surtindo desde logo seus efeitos legais.
- 18.5 O Pregão Eletrônico poderá ser revogado ou anulado nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/21.



- 18.6 A adjudicação do (s) objeto (s) deste Pregão Eletrônico não implicará direito à contratação.
- 18.7 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores.

19 ANEXOS:

Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- 19.1 Anexo I – Minuta do Contrato
- 19.2 Anexo II – Modelo de Proposta, com Declarações da Proponente
- 19.3 Anexo II.1 – Planilha de Composição de Preços
- 19.4 Anexo III – Termo de Referência
- 19.5 Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar
- 19.6 Anexo V – Planilha Orçamentária

São Leopoldo, 21 de maio de 2026.

Rafael Almeida
Secretário de Compras e Licitações



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário, que fazem entre si a FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO e a empresa _____.

A **FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, n.º 799, Bairro Fião, CEP n.º 93.020-080, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.931.245/0001-50, neste ato representada pela Vice-Presidente Financeira da Fundação, **Sr. Flávio Munaretto Amaral**, pessoa jurídica de Direito Público, designados **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, com sede na Rua _____, n.º _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representado por seu representante legal Sr (a) _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual com fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, de acordo com a proposta vencedora do **Pregão Eletrônico n.º 27/2026**, que se realizou em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO):

- 1.1 **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário.**

CLÁUSULA SEGUNDA (DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA, DA GARANTIA E PRAZO DE VIGÊNCIA):

- 2.1 **LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão prestados nas dependências da Fundação Hospital Centenário, sito a Av. Theodomiro Porto da Fonseca n.º 799, Bairro Fião, na cidade de São Leopoldo/RS.
- 2.2 **PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:** A execução dos serviços terá início na data indicada na Ordem de Início, expedida pela CONTRATANTE, a qual definirá o início da operacionalização dos serviços.
- 2.2.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme preconiza a Lei de Licitação n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE):

- 3.1 O preço global para execução do objeto contratado é de **R\$ 3.682.721,40 (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta centavos)**, a ser pago pela **CONTRATANTE** de acordo com a previsão da cláusula quarta infra.
- 3.2 O preço unitário de cada serviço consta na tabela abaixo:



Item	Código Tabela SUS	Descrição do Serviço	Unidade	Preço Estimado R\$
1	020501004-0	DOPPLER COLORIDO DE AORTA E ILÍACAS	und	
2	020501004-0	ECODOPPLER AORTA ABDOMINAL	und	
3	020501004-0	ECODOPPLER ARTERIAL MI	und	
4	020501004-0	ECODOPPLER ARTERIAL MS	und	
5	020501004-0	ECODOPPLER ARTÉRIAS RENAIAS	und	
6	020501004-0	ECODOPPLER DA REGIÃO INGUINAL	und	
7	020501004-0	ECODOPPLER DE ARTÉRIAS FEMORAIS	und	
8	020501004-0	ECODOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS	und	
9	020501004-0	ECODOPPLER DE FÍGADO	und	
10	020501004-0	ECODOPPLER DE JUGULAR	und	
11	020501004-0	ECODOPPLER DE VASOS MESENTÉRICOS	und	
12	020501004-0	ECODOPPLER DE VASOS TEMPORAIS	und	
13	020501004-0	ECODOPPLER PENIANO C/ FLUXO A CORES	und	
14	020501004-0	ECODOPPLER SISTEMA PORTA	und	
15	020501004-0	ECODOPPLER SUBCLÁVIA	und	
16	020502001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	und	
17	020501004-0	ECODOPPLER VEIA CAVA	und	
18	020501004-0	ECODOPPLER VENOSO MI	und	
19	020501004-0	ECODOPPLER VENOSO MS	und	
20	020502003-8	ECOGRAFIA ABDOME SUPERIOR	und	
21	020502004-6	ECOGRAFIA ABDOMINAL TOTAL	und	
22	020502006-2	ECOGRAFIA ANTEBRAÇO	und	
23	020502005-4	ECOGRAFIA APARELHO URINÁRIO (RINS, URETERES E BEXIGA)	und	
24	020502005-4	ECOGRAFIA APARELHO URINÁRIO MASC. (RINS, URET, BEX E PRÓST)	und	
25	020502006-2	ECOGRAFIA ARTICULAÇÕES	und	
26		ECOGRAFIA AXILAR	und	
27	020502005-4	ECOGRAFIA BEXIGA	und	
28	020502007-0	ECOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	und	
29	020501004-0	ECOGRAFIA BOLSA ESCROTAL C/ DOPPLER A CORES	und	
30	020502006-2	ECOGRAFIA BRAÇO	und	
31	020502006-2	ECOGRAFIA CALCÂNEO	und	
32	40901211	ECOGRAFIA CERVICAL	und	
33	020502006-2	ECOGRAFIA COTOVELO	und	
34	40901211	ECOGRAFIA COXA	und	
35		ECOGRAFIA COXO-FEMORAL	und	
36	020502017-8	ECOGRAFIA CRANIANA	und	
37	020502006-2	ECOGRAFIA DO PE	und	
38		ECOGRAFIA FACE	und	
39	020502003-8	ECOGRAFIA FÍGADO	und	
40	020502012-7	ECOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES	und	
41		ECOGRAFIA INGUINAL	und	
42	020502006-2	ECOGRAFIA JOELHO	und	
43	020502009-7	ECOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	und	



44	020502006-2	ECOGRAFIA MÃO	und	
45	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA	und	
46	020501005-9	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ DOPPLER A CORES	und	
47	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ PERFIL BIOFÍSICO FETAL	und	
48	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ TRANSLUCÊNCIA NUCAL	und	
49	020502006-2	ECOGRAFIA OMBRO	und	
50		ECOGRAFIA PANTURRILHA	und	
51	020502012-7	ECOGRAFIA PARATIREOIDE	und	
52	020502003-8	ECOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	und	
53	020502003-8	ECOGRAFIA PAREDE TORÁCICA	und	
54	020502017-8	ECOGRAFIA PARIETAL	und	
55	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES C/ DOPPLER A CORES	und	
56	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES MMII	und	
57	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES MMSS	und	
58	020502003-8	ECOGRAFIA PARTES MOLES REGIÃO ABDOMINAL	und	
59	020502013-5	ECOGRAFIA PARTES MOLES REGIÃO TORÁCICA	und	
60	020502012-7	ECOGRAFIA PARÓTIDAS	und	
61	020502007-0	ECOGRAFIA PENIANA	und	
62	020502006-2	ECOGRAFIA PERNA	und	
63	020502012-7	ECOGRAFIA PESCOÇO	und	
64	020501004-0	ECOGRAFIA PESCOÇO C/ DOPPLER A CORES	und	
65	020502010-0	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA ABDOMINAL	und	
66	020502010-0	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA SUPRAPÚBICA	und	
67	020502011-9	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA TRANS RETAL	und	
68	020502006-2	ECOGRAFIA PUNHO	und	
69	020502016-0	ECOGRAFIA PÉLVICA	und	
70	020502016-0	ECOGRAFIA PÉLVICA VIA ABDOMINAL	und	
71	020502006-2	ECOGRAFIA QUADRIL	und	
72		ECOGRAFIA REGIÃO AXILAR	und	
73	020501004-0	ECOGRAFIA REGIÃO CERVICAL	und	
74	020501004-0	ECOGRAFIA REGIÃO CERVICAL C/ DOPPLER	und	
75		ECOGRAFIA REGIÃO DORSAL	und	
76	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO ESCAPULAR	und	
77	020502018-6	ECOGRAFIA REGIÃO FRONTAL	und	
78		ECOGRAFIA REGIÃO GLÚTEA	und	
79	04090121-1	ECOGRAFIA REGIÃO INGUINAL	und	
80		ECOGRAFIA REGIÃO LOMBAR	und	
81		ECOGRAFIA REGIÃO OCCIPTAL	und	
82	020502016-0	ECOGRAFIA REGIÃO PERINEAL	und	
83		ECOGRAFIA REGIÃO PRÉ AURICULAR	und	
84		ECOGRAFIA REGIÃO PÚBICA	und	
85		ECOGRAFIA REGIÃO SACRA	und	
86	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO SUPRA CLAVICULAR	und	
87	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO TRONCANTÉRICA	und	



88		ECOGRAFIA SUBLINGUAL	und	
89		ECOGRAFIA SUBMANDIBULAR	und	
90	020502005-4	ECOGRAFIA TENDÃO DE AQUILES	und	
91	020502007-0	ECOGRAFIA TESTÍCULOS	und	
92	020502012-7	ECOGRAFIA TIREÓIDE	und	
93	020501004-0	ECOGRAFIA TIREÓIDE C/ DOPPLER A CORES	und	
94	020502006-2	ECOGRAFIA TORNOZELO	und	
95	020502017-8	ECOGRAFIA TRANSFONTANELAR	und	
96	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL	und	
97	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL OBSTÉTRICA	und	
98	020501004-0	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ DOPPLER A CORES	und	
99	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ TRANSLUCENCIA NUCAL	und	
100	020502013-5	ECOGRAFIA TÓRAX	und	
101	020502003-8	ECOGRAFIA VIAS BILIARES	und	
102	020501003-2	ECOCARDIOGRAMA C/ MAP FLUXO A CORES	und	
103	020501002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	und	
104		ECOCARDIOGRAMA FETAL	und	
105		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA PRIMEIRO TRIMESTRE	und	
106		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA SEGUNDO TRIMESTRE	und	
107		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA TERCEIRO TRIMESTRE	und	
108	020403018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL	und	
109	020501003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA	und	
			Total R\$	

3.3 DA DOTAÇÃO:

3.3.1 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da execução da presente licitação, encontram-se asseguradas através de dotação orçamentária própria prevista da Fundação Hospital Centenário.

3.4 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto deste contrato, conforme o artigo 125 da lei nº 14.133/21.

3.5 **DO REAJUSTAMENTO:** O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá ser reajustado a partir de 12 meses da data que consta na planilha orçamentária anexada ao Termo de referência, de acordo com a lei 14.133/21, art. 25, § 7, por meio do índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO):

4.1 O pagamento do serviço será efetuado pela **CONTRATANTE** em 30 (trinta) dias, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA** e após a conferência e liquidação desta pelo Departamento de Despesa Pública/SEMFA.

4.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, além das informações básicas, os dados bancários do fornecedor, a especificação e o número do respectivo empenho.

4.3 O encaminhamento das Notas Fiscais/Faturas para pagamento será realizado após a conferência do material fornecido e o ateste definitivo na Nota Fiscal/Fatura.



- 4.4 A **CONTRATADA** deverá estar em dia com a regularidade fiscal, na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação ao INSS, FGTS, Trabalhistas, Tributos Federais, estadual e Municipal, que serão aferidos nos sítios geradores, pelo gestor do contrato e atestado no documento fiscal, na impossibilidade de gerar a comprovação pela internet, fica a **CONTRATADA** obrigada a fornecer o documento comprobatório da regularidade.
- 4.5 A Nota Fiscal/Fatura emitida com erro deverá ser substituída. Neste caso, a **CONTRATANTE** efetuará a devida comunicação à **CONTRATADA**, dentro do prazo fixado para o pagamento e disporá de até 15 (quinze) dias, a partir da sua correção ou substituição, para pagamento, sem prejuízo ao prazo supramencionado.
- 4.6 O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, Nome e Número da Conta Corrente e da Agência, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal.
- 4.7 O documento de cobrança deverá ser emitido em 03 (três) vias, em nome da **CONTRATANTE**, trazendo o número do empenho e o processo a que este se refere, conforme segue:

FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO

Endereço: Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, nº 799, Bairro Fião

CEP 93.020-080, Município de São Leopoldo/RS

CNPJ: 92.931.245/0001-50

Inscrição Estadual: Isenta

Empenho nº: _____/_____

Nº do Contrato: _____/_____

Recurso: _____

Mês de competência/exercício: _____

PE nº 27/2026

4.8 DA LIQUIDAÇÃO:

- 4.8.1 Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: I. a data da emissão; II. os dados do contratado e contratante; III. o período respectivo de execução; IV. o valor a pagar; V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da **CONTRATADA**), e VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.8.2 A nota fiscal deverá acompanhar a entrega a ser recebida pelo **CONTRATANTE** e também deverá ser enviada em meio eletrônico para o endereço que constar no empenho.
- 4.8.3 Junto à Nota Fiscal, deverão ser apresentados os documentos de Habilitação Fiscal constante nos itens: 11.2 e 11.3 do Edital, que deverão ser encaminhados preferencialmente pelo e-mail que constar no edital.
- 4.8.4 Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA QUINTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE):

- 5.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a **CONTRATANTE** terá o direito de receber o objeto contratual executado em estrita observância às especificações técnicas e com qualidade.
- 5.2 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Contrato:
- 5.2.1 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, em conformidade com o disposto neste instrumento e nos documentos que o integram.



- 5.2.2 Notificar, formal e tempestivamente, à **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 5.2.3 Emitir as Ordens de Início dos Serviços e promover a verificação dos relatórios dos serviços prestados;
- 5.2.4 Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA**, quaisquer informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços, conforme previsto no Anexo III – Termo de Referência.
- 5.2.5 Acompanhar a execução da prestação de serviços, através da fiscalização e gestão do contrato.
- 5.2.6 Ordenar o afastamento do local de trabalho de qualquer funcionário da **CONTRATADA** que embarace e/ou dificulte a ação fiscalizadora, ou, cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, determinando à **CONTRATADA** a substituição imediata do mesmo.
- 5.2.7 Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicados à **CONTRATADA** as penalidades previstas em cláusula contratual.

CLÁUSULA SEXTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA):

- 6.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a **CONTRATADA** terá o direito de receber os valores correspondentes a execução do contrato dentro das condições estabelecidas.
- 6.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas no presente contrato e nos documentos que o integram:
 - 6.2.1 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação.
 - 6.2.2 Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA**, desde que provada a existência de culpa ou dolo de seus prepostos e/ou empregados, assumirá a responsabilidade de reparar totalmente os bens, ou substituí-los, preferencialmente pela mesma marca, característica e qualidade. A **CONTRATANTE** poderá reter pagamentos que possibilitem o ressarcimento de danos causados, respeitada a ampla defesa e o contraditório.
 - 6.2.3 Refazer às suas expensas, todo o trabalho inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização da **CONTRATANTE**, sem alteração do prazo de execução do Contrato.
 - 6.2.4 Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste Contrato.
 - 6.2.5 Fazer prova com a **CONTRATANTE**, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
 - 6.2.6 Não proceder qualquer modificação, não prevista neste Contrato, sem consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**.
 - 6.2.7 A **CONTRATANTE** não assumirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da **CONTRATADA** relativa às obrigações aqui assumidas, ficando essas ao seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.



- 6.2.8 Prestar o fornecimento do objeto disponibilizando os veículos, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à adequada execução do contrato, em número suficiente para atendimento dos prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE** e das especificações técnicas.
- 6.2.9 Responder perante a **CONTRATANTE** por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer fornecimento, objeto deste contrato.
- 6.2.10 Realizar todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **CONTRATANTE**, no Termo de Referência.
- 6.2.11 QUANTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
- 6.2.11.1 A CONTRATADA será responsável pela realização dos exames de urgência/emergência médicas do SUS, com os seguintes horários e condições:
- Atendimento regular: de segunda a sexta-feira, com agenda diária.
 - Plantão de sobreaviso para atendimento de urgência/emergência: 24 horas, incluindo sábados, domingos e feriados.
- 6.2.11.2 A CONTRATADA deverá agendar os exames dos pacientes internados e dos pacientes ambulatoriais em até 24 horas após o recebimento da solicitação.
- 6.2.11.3 A CONTRATADA deverá garantir a entrega dos laudos em prazos compatíveis com as necessidades clínicas dos pacientes, observando os seguintes prazos máximos:
- Pacientes internados: até 24 horas úteis após a realização do exame;
 - Pacientes ambulatoriais: até 5 dias úteis após a realização do exame;
 - Pacientes em atendimento urgência/emergência: até 2 horas após a realização do exame.
- 6.2.11.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar a realização de exames de ultrassonografia eletivos em dois horários diários, de segunda a sexta-feira, e em um horário por dia nos finais de semana, vedada a cobrança de quaisquer taxas ou valores adicionais pela execução dos exames aos finais de semana.
- 6.2.11.5 Os exames de ecocardiografia eletivos deverão ser realizados três vezes na semana, preferencialmente nas segundas, quartas-feiras e sextas-feiras nas dependências do Hospital Centenário.
- 6.2.11.6 Os exames de ecografia dos pacientes da UTI Neonatal e UTI Adulto devem ser realizados à beira do leito.
- 6.2.11.7 A CONTRATADA deverá encaminhar os pré-laudos com os pacientes.
- 6.2.11.8 O serviço prestado pela CONTRATADA deverá atender à demanda da CONTRATANTE, garantindo a integração dos dados de solicitação de exames, arquivos e laudos ao sistema de gestão hospitalar da Fundação.
- 6.2.11.9 Todos os exames solicitados deverão ser realizados nas dependências da CONTRATANTE, sendo prestados por profissionais habilitados e em quantidade adequada de profissionais para atendimento da demanda, com materiais e equipamentos a serem instalados, de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA, bem como os medicamentos



necessários, inclusive os que são necessários para o preparo prévio para exames.

- 6.2.11.10 Os dados e laudos deverão necessariamente estar interligados ao sistema de gestão hospitalar desta Fundação, imediatamente após a realização do exame, quando este estiver disponível ou ainda disponibilizados em até 02 (duas) horas após a realização do exame, de forma digitalizada através de acesso via *drive*, até que perfectibilize a interligação com o sistema de gestão da CONTRATANTE.
- 6.2.11.11 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços na data fixada na Ordem de Início, emitida pela CONTRATANTE, observando-se o prazo de vigência contratual estabelecido neste instrumento.
- 6.2.11.12 O objeto do contrato abrange o serviço de ecocardiografia e ultrassonografia para atendimento da demanda da CONTRATANTE, realizando todos os exames necessários aos pacientes do hospital.

6.2.12 RESPONSABILIDADE TÉCNICA E LEGAL:

- 6.2.12.1 Responsabilizar-se técnica, gerencial, operacional, econômica e financeiramente pelo serviço.
- 6.2.12.2 Realizar as instalações necessárias no local disponibilizado, atendendo às exigências da Vigilância Sanitária, bem como outras eventuais exigências advindas de órgãos de controles pertinentes aos exames a serem realizados, sempre com autorização prévia da CONTRATANTE.
- 6.2.12.3 Responsabilizar-se tecnicamente para que todos os equipamentos utilizados na prestação de serviços tenham o devido registro nos órgãos de controle e fiscalização do exercício da atividade.
- 6.2.12.4 A CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS) e possuir como responsável técnico um médico radiologista, com Registro no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS).
- 6.2.12.5 O Responsável Técnico (RT) da CONTRATADA deve atestar a capacidade e experiência do profissional na área de Medicina por Imagem, com anuência da Direção Médica da CONTRATANTE.
- 6.2.12.6 Responsabilizar-se pela orientação aos profissionais do preenchimento de todas as informações e registros, conforme normas do SUS, visando auditorias. Caso houver glosas por falta de qualquer informação ou registro incorreto, será descontado do contratado posteriormente.
- 6.2.12.7 Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.
- 6.2.12.8 Aceitar as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde, das Secretarias Estadual e Municipal da Saúde, bem como do respectivo conselho da categoria profissional.
- 6.2.12.9 Trabalhar pelo bom atendimento aos pacientes, segundo as normas técnicas, éticas, legais e morais vigentes.
- 6.2.12.10 Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.
- 6.2.12.11 Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, ao órgão do SUS, a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão



voluntária, negligência ou imprudência praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos.

- 6.2.12.12 A CONTRATADA declara estar ciente e em conformidade com as disposições da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas a fim de proteger os dados pessoais, especialmente os dados sensíveis à saúde dos pacientes contemplados neste termo de referência.
- 6.2.12.13 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos e/ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços ora contratados, serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para quaisquer fins, ou divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser com prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- 6.2.12.14 Obter as autorizações em favor da CONTRATANTE, daqueles que participarem da realização dos serviços previstos no objeto, caso necessário, sob pena de responder por eventuais perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes, direta ou indiretamente, do não cumprimento desta sua obrigação (Termo de Consentimento Pré Informado).

6.2.13 QUANTO AO PESSOAL:

- 6.2.13.1 Responsabilizar-se pelo pessoal necessário à operacionalização do serviço (médicos, técnicos, auxiliares, administrativos, de conservação e de limpeza), arcando com todos os custos referente à remuneração e encargos trabalhistas, responsabilizando-se exclusivamente pelo integral atendimento da legislação pertinente as atividades contratadas, em especial na segurança, medicina e higiene do trabalho, fornecendo material de segurança, como uniformes, equipamentos de proteção individuais e coletivos, segundo a natureza dos serviços.
- 6.2.13.2 Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela segurança, qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro do prazo e condições estipuladas.
- 6.2.13.3 Observar e fazer cumprir todas as obrigações de ordem salarial, trabalhista, acidentária, previdenciária, encargos, taxas, impostos, auxílios e outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir no contrato relativas aos seus empregados, bem como as de natureza civil e/ou penal, tais como definidas nas legislações brasileiras, referentes ao seu pessoal que não terão quaisquer vínculos com a instituição ou quaisquer das unidades do objeto.
- 6.2.13.4 Afastar imediatamente das áreas de trabalho da CONTRATANTE qualquer membro da sua equipe que a fiscalização venha a solicitar, apresentando substituto, se necessário.
- 6.2.13.5 A CONTRATADA, deverá estar devidamente cadastrada e com CNES atualizado. (a forma de comprovação dos dados informados será pela impressão da página do sítio principal do CNES (<http://cnes.datasus.gov.br>), constando os dados da CONTRATADA. O nº do CNES e a data da última atualização, constando a relação dos profissionais vinculados à CONTRATADA com suas respectivas cargas horárias. Os serviços de



classificações da CONTRATADA no CNES devem estar em conformidade com o objeto do contrato).

- 6.2.13.6 A CONTRATADA deverá entregar, em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, ao setor de faturamento, as fichas de cadastro dos profissionais médicos no CNES devidamente assinadas pelo responsável técnico da CONTRATADA e pelo profissional médico. As fichas podem ser encontradas no site <http://cnes.datasus.gov.br>.
- 6.2.13.7 A CONTRATADA deverá manter atualizado durante a vigência do contrato, de forma expressa, no Setor de Contratos os nomes completos dos profissionais que atuarão na CONTRATANTE, nº de registro órgão competente, a carga horária de trabalho e tipo de vínculo (Empregado regido pela CLT ou sócio da pessoa jurídica contratada). Dos trabalhadores com vínculo empregatício designados para a execução do serviço, também deve ser apresentada a cópia da Ficha de Emprego devidamente registrada, devendo a CONTRATADA comunicar durante a vigência do contrato a ocorrência de demissões e admissões realizadas.

6.2.14 OBRIGAÇÕES GERAIS:

- 6.2.14.1 Ocorrendo avaria em qualquer equipamento utilizado na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá promover o imediato reparo ou substituição, no prazo máximo de 12 (doze) horas, assegurando a continuidade do atendimento, a qualidade técnica dos exames e o cumprimento integral dos prazos de entrega dos laudos.
- 6.2.14.2 Todas as situações que estiverem divergentes a este contrato deverá obrigatoriamente serem comunicadas primeiramente ao Gestor e Fiscal do Contrato.
- 6.2.14.3 Utilizar instalações que atendam às exigências da Vigilância Sanitária, bem como outras eventuais exigências advindas de órgãos de controle pertinentes aos serviços contratados.
- 6.2.14.4 Na hipótese de rescisão durante a vigência do contrato, ou quando do encerramento de sua vigência, fica convencionado entre as partes que:
- 6.2.14.5 Todos os equipamentos, mobiliários e aparelhos, de propriedade da CONTRATADA serão imediatamente retirados pela mesma, às suas expensas.
- 6.2.14.6 Todos os equipamentos e aparelhos, de propriedade da CONTRATANTE, se utilizado lhe serão devolvidos, em perfeitas condições de funcionamento.
- 6.2.14.7 Dispor de equipamentos modernos e eficientes, com capacidade e tecnologia suficientes para atender a demanda de exames do hospital.
- 6.2.14.8 Adquirir e utilizar insumos, materiais e medicamentos necessários ao eficiente atendimento.
- 6.2.14.9 Fornecer os equipamentos/instalações, acessórios, mobiliário, roupas e crachás de identificação para seus profissionais, assim como todo o material de consumo técnico e administrativo.
- 6.2.14.10 Todas as instalações efetuadas na sala disponibilizada, às expensas da CONTRATADA, seja para fins estéticos ou adequação do local à legislação sanitária, passarão automaticamente à propriedade do CONTRATANTE, independente de indenização.



- 6.2.14.11 Assumir a manutenção plena das instalações técnicas e dos equipamentos principais e acessórios de sua propriedade, bem como eventuais equipamentos utilizados de propriedade da CONTRATANTE, decorrentes de mau uso. Em caso de utilização de equipamentos pertencentes à CONTRATANTE, sua operação deverá ser realizada exclusivamente por profissional da CONTRATADA. A CONTRATANTE não disponibilizará servidores para transporte, manuseio ou operação de qualquer equipamento em favor da CONTRATADA. Alterações prediais requerem autorização prévia da CONTRATANTE.
- 6.2.14.12 Os exames serão prestados por profissionais habilitados, com materiais e equipamentos de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.2.14.13 Registrar nas portarias de acesso da CONTRATANTE toda entrada e saída de equipamentos e materiais necessários à prestação de serviços, obedecendo integralmente às normas dos referidos setores da CONTRATANTE e responsabilizando-se, exclusivamente, pela sua guarda.
- 6.2.14.14 Nenhuma modificação poderá ser feita nos serviços a que se refere este contrato, sem consentimento prévio por escrito à CONTRATANTE.
- 6.2.14.15 Notificar a CONTRATANTE de eventual alteração da sua razão social ou da sua diretoria, enviando, no prazo de trinta dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.
- 6.2.14.16 Efetuar o pagamento referente ao consumo de energia elétrica, apurado por meio de medição individual ou, na sua ausência, por critério de rateio ou estimativa de consumo definida pela CONTRATANTE, com base nas tarifas vigentes da concessionária local, devendo o valor ser apurado mensalmente.
- 6.2.14.17 O gerenciamento dos resíduos gerados na execução dos serviços, incluindo segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser realizado em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e legislação vigente aplicável aos resíduos de serviços de saúde.
- 6.2.14.18 A título de ressarcimento pelo consumo de água potável e pela utilização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, será cobrado da CONTRATADA o valor fixo mensal de R\$ 166,20 (cento e sessenta e seis reais e vinte centavos), calculado com base na área ocupada e na estimativa de consumo. O referido valor poderá ser atualizado pela CONTRATANTE, mediante justificativa técnica, em caso de alteração relevante no consumo ou nas tarifas aplicáveis.
- 6.2.14.19 A CONTRATANTE não assumirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade presente ou futura de qualquer compromisso ou ônus de qualquer inadimplemento da CONTRATADA, relativas a obrigações ora assumidas, ficando a essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento em que venham a ocorrer.
- 6.2.14.20 Fica vedado à CONTRATADA, sem a expressa anuência da CONTRATANTE, transferir ou ceder a qualquer título, total ou parcialmente, os direitos e obrigações assumidas neste instrumento.
- 6.2.14.21 À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento do objeto desta ata, divulgar dados técnicos,



documentos, ilustrações ou outro qualquer material relativo ao objeto deste, salvo com autorização por escrito, da CONTRATANTE, que deverá ter conhecimento antecipado da matéria a ser divulgada.

- 6.2.14.22 A CONTRATANTE e a CONTRATADA não poderão se prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste instrumento, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da CONTRATANTE, e o(s) representante(s) legal(is) da CONTRATADA, devidamente credenciado(s).
- 6.2.14.23 O quantitativo global ou qualquer parte dele, ou qualquer importância devida ou que venha sê-lo, não poderá ser subcontratado, cedido, caucionado, transferido e ou de outra forma comprometido.
- 6.2.14.24 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.
- 6.2.14.25 Assumir quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou quaisquer das unidades do objeto e/ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos.
- 6.2.14.26 Assumir total responsabilidade, inclusive pelos seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação de serviços ora contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano por descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar à CONTRATANTE.
- 6.2.14.27 Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos e os lucros cessantes, extravios ou prejuízos causados pela CONTRATADA, seus prepostos, empregados, nas instalações, nos materiais, equipamentos e/ou máquinas da CONTRATANTE, próprios ou locados, devidamente comprovado o dolo ou culpa da fiscalização, assume a CONTRATADA a responsabilidade de reparar danos. A CONTRATANTE poderá reter pagamentos que possibilitem o ressarcimento supracitado.
- 6.2.14.28 Cumprir todas as normas do SUS para possibilitar o faturamento das contas hospitalares e auditorias.
- 6.2.14.29 Fica a CONTRATADA comprometida com as normas internas da CONTRATANTE.
- 6.2.14.30 A permissão de uso de espaço público concedida à CONTRATADA possui caráter precário, oneroso e vinculado ao contrato administrativo, sendo destinada exclusivamente à execução do objeto contratado, vedada sua utilização para quaisquer outras finalidades. Poderá ser revogada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, no interesse público, sem que disso decorra direito a qualquer indenização.
- 6.2.14.31 As benfeitorias realizadas no espaço, quando autorizadas, incorporar-se-ão ao patrimônio da CONTRATANTE, sem direito a indenização.
- 6.2.14.32 O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive advertência, multa, suspensão e rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.



6.2.15 DA PRODUTIVIDADE

- 6.2.15.1 A CONTRATADA deverá garantir a capacidade operacional suficiente para atender integralmente à demanda da CONTRATANTE, conforme quantitativos estimados e demandas efetivamente encaminhadas.
- 6.2.15.2 Para fins de aferição da produtividade e qualidade do serviço, serão observados, no mínimo, os seguintes indicadores:
- I – Taxa de atendimento da demanda: realização de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos exames solicitados dentro dos prazos estabelecidos;
- II – Tempo de resposta para exames: Urgência/emergência: até 2 (duas) horas; Pacientes internados: até 24 (vinte e quatro) horas; Pacientes ambulatoriais: até 5 (cinco) dias úteis.
- III – Cumprimento de agenda: garantia de disponibilização de horários suficientes para atendimento da demanda diária, sem acúmulo ou represamento de exames;
- IV – Disponibilidade do serviço: manutenção de funcionamento contínuo conforme escalas definidas, incluindo cobertura de sobreaviso para urgência e emergência;
- V – Índice de retrabalho: mínimo possível de exames repetidos por falha técnica imputável à CONTRATADA.
- 6.2.15.3 O não atingimento dos indicadores estabelecidos poderá ensejar a aplicação de medidas administrativas, incluindo notificação, glosa de valores, aplicação de penalidades e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.2.15.4 A aferição da produtividade será realizada pelo Gestor e Fiscal do Contrato, com base nos relatórios mensais de produção, registros do sistema hospitalar e demais instrumentos de controle adotados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA (PENALIDADES):

- 7.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações arroladas no art 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sujeitar, ainda, a **VENCEDORA**, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas no art. 156 da referida Lei, quais sejam:
- 7.1.1 Advertência, exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.1.2 Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 7.1.3 impedimento de licitar e contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 7.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.1.4.1 A sanção estabelecida no subitem 7.1.4 será precedida de análise jurídica, observando as regras constantes na Lei nº 14.133/21

- 7.2 As sanções previstas nos subitens 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 7.1.2 do Edital.
- 7.3 A aplicação das sanções previstas no item 7.1 do edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA (EXTINÇÃO CONTRATUAL):

- 8.1 O contrato poderá ser rescindido/resilido, via distrato, nas seguintes hipóteses:
- 8.2. Motivadamente, por descumprimento de qualquer das cláusulas e condições do contrato pela **CONTRATADA**, bastando mera notificação por escrito do **CONTRATANTE**, sem prejuízo de quaisquer indenizações e outras penalidades que possam incidir, garantida a defesa prévia e o direito ao contraditório;
- 8.3 Imotivadamente, se a **CONTRATANTE** manifestar tal vontade, por escrito, à outra, implicando na rescisão no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das atividades desenvolvidas nesse período;
- 8.4 Amigavelmente, se ambas as partes assim convencionarem, desde que por escrito e assinado por seus representantes legais;
- 8.5 Se ocorrer a extinção, liquidação, insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**.
- 8.6 Quando findar o prazo de vigência contratual e em não havendo interesse de uma ou ambas as partes, o contrato se encerrará, não sendo necessário qualquer tipo de comunicação entre as partes.
- 8.7 Em todos os casos de rescisão, os eventuais débitos ou créditos apurados entre as partes deverão ser liquidados até o 10º dia útil do mês subsequente ao final da contratação.
- 8.8 O contrato poderá ser suspenso por vontade mútua das partes, ou quando ocorrer eventos de caso fortuito ou força maior, devendo as partes, entretanto, apresentar um Relatório de Serviços Executados com o respectivo balanço de pagamentos efetuados e devidos.
- 8.9 O **CONTRATANTE** realizará cotações periódicas para aferição de preço de mercado, sendo que, caso o preço contratado esteja acima do preço de mercado, a **CONTRATADA** fica, desde já, ciente da possibilidade de rescisão, sem qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA NONA (FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO):

- 9.1 A função de Fiscal do Contrato será exercida pelo(a) servidor (a): **Fernanda Adriane de Castro Estrella**, matrícula nº **2583**. O Fiscal do contrato acompanhará a execução física do contrato, sendo responsável direto pelas anotações das ocorrências em registro próprio, verificando se a execução do objeto do contrato ocorre conforme a especificação predeterminada, e especialmente.
- 9.1.1 Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado.
- 9.1.2 Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços.
- 9.1.3 Proceder às avaliações dos serviços executados pela **CONTRATADA**.



9.1.4 Propor à Autoridade Competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

9.1.5 A outras atividades compatíveis com função.

9.2 O preposto é o representante do contratado, que deverá ser formalmente designado para servir como interlocutor junto à Administração na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA (GESTOR DO CONTRATO):

10.1 A função de Gestor do Contrato será exercida pelo(a) servidor (a): **Marcelo Antunes Schmitt**, matrícula nº **5483**. O Gestor de Contratos será responsável por gerenciar as relações firmadas com a **CONTRATADA**, analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da **CONTRATADA**, e especialmente.

10.1.1 Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.1.2 Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

10.1.3 Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

10.1.4 Analisar documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

10.1.5 Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado.

10.1.6 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.1.7 Outras atividades compatíveis com a função.

10.2 Todas as comunicações relativas ao objeto licitado serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta registrada, telegrama ou correio eletrônico (e-mail).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO):

10.1 A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** declaram conhecer e se obrigam a cumprir integralmente as normas brasileiras de prevenção e combate à corrupção, fraude e atos lesivos contra a Administração Pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e seu regulamento (Decreto nº 11.129/2022), à Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa), à Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e às disposições pertinentes do Código Penal Brasileiro.

10.1.1 As partes comprometem-se a adotar condutas éticas e íntegras na execução do presente contrato, abstendo-se de praticar quaisquer atos de corrupção, fraude, tráfico de influência, pagamento ou recebimento de propina, oferecimento de vantagem indevida ou outras práticas ilícitas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DISPOSIÇÕES GERAIS):

11.1 Este Instrumento contratual poderá ser alterado mediante justificativa formal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos).

11.2. Ficam integrados a este contrato todos os anexos do edital que complementem sua aplicação.

11.3 A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** não poderão prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da **CONTRATANTE** e o(s) representante(s) legal(is) da **CONTRATADA**, devidamente credenciado(s).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (FORO):

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo/RS para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em formato eletrônico, com assinatura digital, nos termos da legislação vigente, sendo considerado válido para todos os efeitos legais.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2026.

Sr. Flávio Munaretto Amaral

Vice-Presidente Financeiro

CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COM DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

À Fundação Hospital Centenário - FHC

Ref. Pregão Eletrônico nº. 27/2026

Ass.: Apresentação de Proposta Comercial e de declarações

RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
FONE/FAX	
CONTATO	
EMAIL:	
DADOS PARA PAGAMENTO	Banco: Agência: Conta:

*** TABELA DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

Senhores:

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário, em conformidade com as especificações descritas no presente Termo.

Cumpre-nos informar-lhes que examinamos os documentos de licitação, inteirando-nos dos mesmos, para a elaboração da presente proposta.

1. Em consonância com os documentos licitatórios, declaramos:
- 1.1 Que nos comprometemos efetuar os serviços, objeto deste processo licitatório, nas condições exigidas no Edital, Projeto Básico e Termo de Referência;
- 1.2 Que o prazo de validade da presente proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data limite para a entrega das propostas;
- 1.3 Que todas as despesas com a preparação e apresentação da presente proposta correrão unicamente por nossa conta;
- 1.4 Que reconhecemos o Município de São Leopoldo o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas, sem que assista qualquer direito indenizatório às proponentes;
- 1.5 Que a apresentação desta proposta considerou o pleno conhecimento das condições locais que servirão de base para a execução do objeto;
- 1.6 Que o preço global ofertado perfaz o total de R\$.....(.....), conforme planilha a seguir:

_____, ____ de _____ de _____.

Denominação social ou carimbo com assinatura do representante legal



ANEXO II.1 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS GLOBAL:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO GLOBAL(R\$)
Serviços de Ecocardiografia e Ultrassonografia em geral, com permissão de uso de espaço público, para realização de exames destinados ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados pela Fundação Hospital Centenário	
PREÇO GLOBAL POR EXTENSO:	

OBSERVAÇÕES:

- * A disputa de lances no sistema ocorrerá a partir da soma dos preços unitários dos exames que o compõem, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global do lote,
- * O regime de execução será por empreitada por preço unitário, com pagamento conforme a quantidade de exames efetivamente realizados.
- * O critério de julgamento pelo menor preço global do lote foi adotado pela necessidade de contratação de solução integrada para a prestação dos serviços de ecocardiografia e ultrassonografia, considerando a interdependência técnica, a padronização dos exames, a integração com os sistemas hospitalares e a responsabilidade técnica centralizada, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

_____, ____ de _____ de ____.

Denominação social ou carimbo e assinatura do representante legal



ANEXO II.2 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS:

Item	Código Tabela SUS	Descrição do Serviço	Unidade	Preço Estimado R\$
1	020501004-0	DOPPLER COLORIDO DE AORTA E ILÍACAS	und	
2	020501004-0	ECODOPPLER AORTA ABDOMINAL	und	
3	020501004-0	ECODOPPLER ARTERIAL MI	und	
4	020501004-0	ECODOPPLER ARTERIAL MS	und	
5	020501004-0	ECODOPPLER ARTÉRIAS RENAIAS	und	
6	020501004-0	ECODOPPLER DA REGIÃO INGUINAL	und	
7	020501004-0	ECODOPPLER DE ARTÉRIAS FEMORAIS	und	
8	020501004-0	ECODOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS	und	
9	020501004-0	ECODOPPLER DE FÍGADO	und	
10	020501004-0	ECODOPPLER DE JUGULAR	und	
11	020501004-0	ECODOPPLER DE VASOS MESENTÉRICOS	und	
12	020501004-0	ECODOPPLER DE VASOS TEMPORAIS	und	
13	020501004-0	ECODOPPLER PENIANO C/ FLUXO A CORES	und	
14	020501004-0	ECODOPPLER SISTEMA PORTA	und	
15	020501004-0	ECODOPPLER SUBCLÁVIA	und	
16	020502001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	und	
17	020501004-0	ECODOPPLER VEIA CAVA	und	
18	020501004-0	ECODOPPLER VENOSO MI	und	
19	020501004-0	ECODOPPLER VENOSO MS	und	
20	020502003-8	ECOGRAFIA ABDOME SUPERIOR	und	
21	020502004-6	ECOGRAFIA ABDOMINAL TOTAL	und	
22	020502006-2	ECOGRAFIA ANTEBRAÇO	und	
23	020502005-4	ECOGRAFIA APARELHO URINÁRIO (RINS, URETERES E BEXIGA)	und	
24	020502005-4	ECOGRAFIA APARELHO URINÁRIO MASC. (RINS, URET, BEX E PRÓST)	und	
25	020502006-2	ECOGRAFIA ARTICULAÇÕES	und	
26		ECOGRAFIA AXILAR	und	
27	020502005-4	ECOGRAFIA BEXIGA	und	
28	020502007-0	ECOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	und	
29	020501004-0	ECOGRAFIA BOLSA ESCROTAL C/ DOPPLER A CORES	und	
30	020502006-2	ECOGRAFIA BRAÇO	und	
31	020502006-2	ECOGRAFIA CALCÂNEO	und	
32	40901211	ECOGRAFIA CERVICAL	und	
33	020502006-2	ECOGRAFIA COTOVELO	und	
34	40901211	ECOGRAFIA COXA	und	
35		ECOGRAFIA COXO-FEMORAL	und	
36	020502017-8	ECOGRAFIA CRANIANA	und	
37	020502006-2	ECOGRAFIA DO PE	und	
38		ECOGRAFIA FACE	und	
39	020502003-8	ECOGRAFIA FÍGADO	und	
40	020502012-7	ECOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES	und	
41		ECOGRAFIA INGUINAL	und	



42	020502006-2	ECOGRAFIA JOELHO	und	
43	020502009-7	ECOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	und	
44	020502006-2	ECOGRAFIA MÃO	und	
45	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA	und	
46	020501005-9	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ DOPPLER A CORES	und	
47	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ PERFIL BIOFÍSICO FETAL	und	
48	020502014-3	ECOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ TRANSLUCÊNCIA NUCAL	und	
49	020502006-2	ECOGRAFIA OMBRO	und	
50		ECOGRAFIA PANTURRILHA	und	
51	020502012-7	ECOGRAFIA PARATIREOIDE	und	
52	020502003-8	ECOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	und	
53	020502003-8	ECOGRAFIA PAREDE TORÁCICA	und	
54	020502017-8	ECOGRAFIA PARIETAL	und	
55	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES C/ DOPPLER A CORES	und	
56	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES MMII	und	
57	020502012-7	ECOGRAFIA PARTES MOLES MMSS	und	
58	020502003-8	ECOGRAFIA PARTES MOLES REGIÃO ABDOMINAL	und	
59	020502013-5	ECOGRAFIA PARTES MOLES REGIÃO TORÁCICA	und	
60	020502012-7	ECOGRAFIA PARÓTIDAS	und	
61	020502007-0	ECOGRAFIA PENIANA	und	
62	020502006-2	ECOGRAFIA PERNA	und	
63	020502012-7	ECOGRAFIA PESCOÇO	und	
64	020501004-0	ECOGRAFIA PESCOÇO C/ DOPPLER A CORES	und	
65	020502010-0	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA ABDOMINAL	und	
66	020502010-0	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA SUPRAPÚBICA	und	
67	020502011-9	ECOGRAFIA PRÓSTATA - VIA TRANS RETAL	und	
68	020502006-2	ECOGRAFIA PUNHO	und	
69	020502016-0	ECOGRAFIA PÉLVICA	und	
70	020502016-0	ECOGRAFIA PÉLVICA VIA ABDOMINAL	und	
71	020502006-2	ECOGRAFIA QUADRIL	und	
72		ECOGRAFIA REGIÃO AXILAR	und	
73	020501004-0	ECOGRAFIA REGIÃO CERVICAL	und	
74	020501004-0	ECOGRAFIA REGIÃO CERVICAL C/ DOPPLER	und	
75		ECOGRAFIA REGIÃO DORSAL	und	
76	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO ESCAPULAR	und	
77	020502018-6	ECOGRAFIA REGIÃO FRONTAL	und	
78		ECOGRAFIA REGIÃO GLÚTEA	und	
79	04090121-1	ECOGRAFIA REGIÃO INGUINAL	und	
80		ECOGRAFIA REGIÃO LOMBAR	und	
81		ECOGRAFIA REGIÃO OCCIPTAL	und	
82	020502016-0	ECOGRAFIA REGIÃO PERINEAL	und	
83		ECOGRAFIA REGIÃO PRÉ AURICULAR	und	
84		ECOGRAFIA REGIÃO PÚBICA	und	
85		ECOGRAFIA REGIÃO SACRA	und	



86	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO SUPRA CLAVICULAR	und	
87	020502006-2	ECOGRAFIA REGIÃO TRONCANTÉRICA	und	
88		ECOGRAFIA SUBLINGUAL	und	
89		ECOGRAFIA SUBMANDIBULAR	und	
90	020502005-4	ECOGRAFIA TENDÃO DE AQUILES	und	
91	020502007-0	ECOGRAFIA TESTÍCULOS	und	
92	020502012-7	ECOGRAFIA TIREÓIDE	und	
93	020501004-0	ECOGRAFIA TIREÓIDE C/ DOPPLER A CORES	und	
94	020502006-2	ECOGRAFIA TORNOZELO	und	
95	020502017-8	ECOGRAFIA TRANSFONTANELAR	und	
96	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL	und	
97	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL OBSTÉTRICA	und	
98	020501004-0	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ DOPPLER A CORES	und	
99	020502018-6	ECOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ TRANSLUCENCIA NUCAL	und	
100	020502013-5	ECOGRAFIA TÓRAX	und	
101	020502003-8	ECOGRAFIA VIAS BILIARES	und	
102	020501003-2	ECOCARDIOGRAMA C/ MAP FLUXO A CORES	und	
103	020501002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	und	
104		ECOCARDIOGRAMA FETAL	und	
105		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA PRIMEIRO TRIMESTRE	und	
106		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA SEGUNDO TRIMESTRE	und	
107		ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA TERCEIRO TRIMESTRE	und	
108	020403018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL	und	
109	020501003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA	und	
			Total R\$	

OBSERVAÇÃO: TODOS OS ITENS DA PROPOSTA, INTEGRANTES DO LOTE, DEVERÃO ESTAR DENTRO DO VALOR DE REFERÊNCIA ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

_____, ____ de _____ de ____.

Denominação social ou carimbo e assinatura do representante legal



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 27_2026_ ANEXO III _ TERMO DE REFERÊNCIA”



ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 27_2026_ ANEXO IV_ ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR”



ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Conforme documento publicado intitulado:

“PE 27_2026_ ANEXO V_ PLANILHA ORCAMENTARIA”